

Diário do Legislativo de 02/10/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Mesa da Assembléia

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 30/9/2008

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem a Deputada e os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Délio Malheiros - Eros Biondini - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Ivair Nogueira - João Leite - Neider Moreira - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária de amanhã, dia 1º de outubro, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (-A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.).

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 30/9/2008

Presidência do Deputado Eros Biondini

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Ana Maria Resende - Eros Biondini - Gláucia Brandão - João Leite - Juninho Araújo - Neider Moreira - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Eros Biondini) - Às 20h12min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 1º de outubro, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/9/2008

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a debater o Projeto de Lei nº 2.311/2008, do Deputado Célio Moreira, que altera dispositivo da Lei nº 15.025/2004, que dispõe sobre consignação em folha de pagamento de servidores públicos ativos, inativos e pensionistas do Estado, e comunica o recebimento do ofício do Sr. Luiz do Couto Neto, chefe da assessoria parlamentar do Banco Central do Brasil, justificando a sua ausência nesta reunião e informando que não há normativos específicos do Conselho Monetário Nacional ou do Banco Central regulando as operações de crédito consignado. Informa ainda que a referida modalidade é regulada por legislação específica, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Antônio Passos Filho, Presidente da Associação dos Servidores Públicos de Minas Gerais; Lilian Jorge Salgado, advogada da Associação Nacional dos Consumidores de Crédito - Andec -; Maria Helena Fonseca Mansur, Presidente da Associação dos Funcionários Aposentados do Estado de Minas Gerais - Afaemg -; Marcus Vinícius Fernandes Vieira, representante da Associação Brasileira de Bancos; Dilson José de Rezende, Presidente da Cooperativa dos Funcionários da Secretaria de Fazenda; Noelho Adelino Machado, Diretor Administrativo da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais; Luiz Rodrigues Rosa, Presidente da Cooperativa do Servidor Militar, Polícia Civil e Servidores da Secretaria de Educação, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Verificando a inexistência de quórum para prosseguir os trabalhos, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2008.

Délio Malheiros, Presidente - Vanderlei Miranda - Sargento Rodrigues.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/9/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Délio Malheiros e Ivair Nogueira (substituindo este ao Deputado Adalcleber Lopes, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Bráulio Braz. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil, publicado no "Diário do Legislativo" de 19/9/2008; e de ofício da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.821/2008, desta Comissão. O Presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 2.703/2008, em turno único, e 2.670/2008, em 1º turno, para os quais designou como relator o Deputado Délio Malheiros. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.096/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.892 a 2.894/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues (2), em que solicita seja formulada manifestação de apoio ao Projeto de Decreto Legislativo nº 853/2008, do Deputado Federal João Campos, que susta a aplicação da Súmula Vinculante nº 11, do STF, que restringe o uso de algemas; e seja realizada audiência pública em Paraisópolis para discutir questões atinentes à segurança pública no Município e região; Sargento Rodrigues, com emenda do Deputado Délio Malheiros, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os Srs. Aécio Neves da Cunha, Governador do Estado; Maurício Campos Júnior, Secretário de Defesa Social, e Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional, pela desativação das carceragens da Delegacia de Furtos e Roubos e da Divisão de Tóxicos e Entorpecentes de Belo Horizonte e pela reforma do 2º Distrito Policial de Contagem; e Délio Malheiros, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a não-liberação, pelo governo federal, da verba destinada este ano ao Fundo Penitenciário Nacional. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente - Vanderlei Miranda - Délio Malheiros.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 2/10/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.515, que proíbe a cobrança de consumação mínima por fornecedor de produto ou serviço. (Faixa Constitucional) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.590, que modifica a Lei nº 13.770, de 6/12/2000, que altera o plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. (Faixa Constitucional) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.615, que institui a política de incentivo aos atletas praticantes de desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas e dá outras providências. (Faixa Constitucional) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Agostinho Patrús Filho opina pela manutenção do veto aos incisos I e II do art. 4º e pela rejeição do veto aos demais dispositivos da proposição.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.632, que altera o art. 3º da Lei Delegada nº 31, de 28/8/85, que reorganiza o Conselho Estadual de Educação. (Faixa Constitucional) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 112, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. (Faixa Constitucional) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos §§ 3º e 4º do art. 1º, ao § 2º do art. 59 da Lei Complementar nº 59, de 2001, acrescentado pelo art. 13 da Proposição de Lei Complementar nº 112, aos arts. 31 e 50, ao inciso XVII do art. 53, ao inciso IV do art. 59 e ao art. 68; e pela rejeição do veto ao § 2º do art. 1º, ao art. 4º, ao art. 27, ao parágrafo único do art. 51 e aos arts. 58, 63, 65 e 67 da Proposição de Lei Complementar nº 112.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Otôni os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr, que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.269/2007, do Governador do Estado, que institui normas gerais aplicáveis aos resíduos sólidos e institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 16, que apresentou. A Comissão de Meio Ambiente opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 17 a 21, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente que opina pela aprovação das Emendas nºs 22 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta; 23 com a Subemenda nº 1, que apresenta; 24 na forma apresentada em Plenário; e 25 a

27, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberlândia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.641/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembléia Legislativa. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.748/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de Emenda à Constituição Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.749/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de Emenda à Constituição. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.750/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de Emenda à Constituição Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.751/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de Emenda à Constituição Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 28/2007, do Governador do Estado, que cria a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Assuntos Municipais.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 699/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.093/2007, do Deputado Adalclever Lopes, que altera o art. 1º da Lei 15.979, de 13/01/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário o Deputado Gilberto Abramo opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de crédito para financiamento habitacional por inclusão de nome nos cadastros de proteção ao crédito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 2/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.669/2008, do Deputado Sargento Rodrigues.

Finalidade: debater o atendimento prestado ao consumidor pela Cemig nos casos de interrupção do fornecimento de energia elétrica.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 2/10/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de convocação

Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, José Henrique, Roberto Carvalho, Dinis Pinheiro, Tiago Ulisses e Alencar da Silveira Jr., membros da Mesa da Assembléia, para a reunião a ser realizada em 2/10/2008, às 17 horas, no Salão Nobre.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 1º de outubro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 309/2007

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o Projeto de Lei nº 309/2007, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.822/2004, disciplina o "marketing" direto ativo e cria lista pública de consumidores para o fim que menciona. Foram anexados à proposição os Projetos de Lei nºs 897/2007, do Deputado Délio Malheiros, 1.106/2007, do Deputado Carlos Pimenta, e 2.566/2008, do Deputado Leonardo Moreira.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição.

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em tela pretende disciplinar as atividades do "marketing" direto ativo, constituído pela oferta de produtos ou serviços, particularmente por meio de ligações telefônicas, o que, em muitos casos, tem trazido desconforto para os consumidores usuários dos serviços de telefonia.

Para registro dos consumidores que não desejam receber ofertas comerciais por meio desse tipo de "marketing", o projeto institui a lista pública, denominada "lista antimarketing". A proposição em análise torna-se ainda mais inovadora na medida em que prevê a possibilidade de tal lista ser administrada por Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip –, cujas atividades estão disciplinadas na Lei nº 14.870, de 16/12/2003.

E, ainda, a proposição veda a prática do "marketing" direto ativo nos domingos e feriados bem como das 21 às 24 horas e de 0 hora às 8 horas nos demais dias da semana. As empresas que atuam nesse ramo de atividade teriam de obedecer às restrições impostas pela proposta em análise, sob pena de se sujeitarem às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11/9/90, que contém o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Como se vê, o projeto em tela visa a estabelecer critérios para a prática do "marketing" direto ativo no Estado, com o intuito de evitar abuso na prestação desse serviço, cujos operadores, com frequência, extrapolam a faculdade de oferecer produtos e serviços, assediando de forma inconveniente um potencial cliente.

O Código de Proteção e Defesa do Consumidor, norma que dispõe sobre a proteção do consumidor, visa a garantir à parte hipossuficiente – o consumidor – a defesa de seus direitos não só na fase contratual, como também na fase pré-contratual, ou seja, na oferta de produtos ou serviços. Contudo, não há norma específica que proteja de abusos, explicitamente, o consumidor na prestação do serviço em questão.

Temos a informar, ainda, que o Município de Porto Alegre editou a Lei nº 9.053, de 26/12/2002, que assegura o direito de privacidade aos usuários do serviço de telefonia no âmbito do Município no que tange ao recebimento de ofertas de comercialização de produtos ou serviços por via telefônica e dá outras providências.

Segundo o art. 1º da citada lei, os usuários do serviço de telefonia têm direito à privacidade no recebimento de ofertas de produtos e serviços, ficando as empresas de telefonia obrigadas a criar e a manter cadastro especial de assinantes que manifestem oposição ao recebimento desse tipo de oferta.

O projeto em estudo mostra-se mais abrangente e inovador, uma vez que regulamenta o "marketing" direto ativo, que é, nos termos do parágrafo único do seu art. 1º, a estratégia de vendas que consiste em estabelecer interação entre o fornecedor e o consumidor com o escopo de oferecer produtos, independentemente da vontade deste. Sabe-se que tal prática é efetivada por vários meios, como ligações e mensagens telefônicas, mensagens eletrônicas e cartas. Se aprovado o projeto, em nosso Estado ficará resguardada a vontade e a privacidade do consumidor, parte hipossuficiente na relação contratual.

Dessa forma, merece ser aprovada a proposição em estudo, uma vez que fixa critérios para a prestação do "marketing" direto ativo sob a ótica do direito do consumidor, evitando abuso na sua prática e resguardando a privacidade do consumidor.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 309/2007.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2008.

Délio Malheiros, Presidente e relator - Vanderlei Miranda - Sargento Rodrigues.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 30/9/2008, a seguinte comunicação:

Do Deputado Hely Tarquínio, notificando o falecimento do Sr. Edson Geraldo Gomes, ocorrido em 27/9/2008, em Patos de Minas. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 29/9/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Paulo Cesar

exonerando José Eduardo Lopes Caçado do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2008

Objeto: aquisição de saboneteiras, assentos sanitários e papeleiras. Pregoaantes vencedores: MG Metais e Parafusos Ltda. - ME (lotes 1, 2, 4 e 5) e Plamax Comércio de Materiais de Construção Ltda. - ME (lote 3).

Belo Horizonte, 1º de outubro de 2008.

José Henrique Ribeiro Campos, pregoeiro.

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Associação dos Pais e Amigos de Excepcionais de Jequeri - Apae -, do Município de Jequeri. Objeto: doação de bens declarados inservíveis. Licitação: dispensada.

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Associação dos Remanescentes de Escravos e do Quilombolas do Povoado de Veloso, do Município de Pitangui. Objeto: doação de dois microcomputadores. Licitação: dispensa, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.